



**ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO**  
**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LEI Nº 14.133/2021**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026**

**CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo/MG – CNPJ nº 18.593.103/0001-78

**OBJETO:** \_\_\_\_\_

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG, inscrito no CNPJ nº 18.593.103/0001-78, por intermédio da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, com endereço à Avenida Olegário Maciel, nº 129, Segundo Andar, Centro, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, na qualidade de ordenador(a) de despesas, portador(a) da matrícula funcional nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na cidade de \_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (nome e função), conforme atos constitutivos ou procuração constante dos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e, no que couber, aos princípios gerais dos contratos administrativos, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da [modalidade] nº \_\_\_\_/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de obras de engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Projeto Básico e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I – O Edital da licitação e seus anexos;

II – O Termo de Referência e/ou Projeto Básico;

III – a proposta da CONTRATADA;

IV – Eventuais anexos dos documentos supracitados;

V – A legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.3. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações técnicas, normas de engenharia aplicáveis e padrões de qualidade exigidos pela Administração, observando-se, ainda, as normas dos órgãos competentes e as boas práticas do setor.

1.4. Integram o objeto contratual, para todos os fins, a planilha orçamentária, o cronograma físico-



financeiro, os memoriais descritivos e demais documentos técnicos que detalham os quantitativos, custos e especificações da contratação.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente justificado e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

2.2. O prazo de execução do objeto é de 05 (cinco) meses, conforme cronograma físico-financeiro, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

2.3. A vigência contratual compreende prazo superior ao da execução do objeto, de modo a contemplar os procedimentos de fiscalização, medição, recebimento, liquidação da despesa e demais atos necessários à execução e ao encerramento da contratação.

2.4. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas em lei, especialmente quando:

I – Houver necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II – Ocorrerem fatos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impeçam a execução do contrato;

III – Houver interrupção da execução do contrato por ordem e no interesse da Administração;

IV – Ocorrer aumento das quantidades inicialmente previstas, nos limites legais;

V – Houver necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro;

VI – Ocorrerem outros casos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. A prorrogação do prazo de execução não implica, necessariamente, prorrogação automática da vigência contratual, devendo ser formalizada mediante justificativa específica e celebração de termo aditivo.

2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, a qual dependerá da análise de conveniência e oportunidade da Administração, devidamente motivada.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, bem como os prazos, condições de início, etapas de execução, fiscalização, acompanhamento, medição, recebimento provisório e definitivo do objeto, encontram-se definidos no Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais documentos técnicos que integram o processo administrativo.

3.2. A execução do contrato deverá observar rigorosamente:

I – As especificações técnicas e os projetos aprovados;

II – O cronograma físico-financeiro;

III – As normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas expedidas por órgãos reguladores e entidades normativas competentes;

IV – As condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na proposta da contratada.

3.3. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por representantes da Administração formalmente designados, aos quais competirá acompanhar, controlar e avaliar a execução contratual,



podendo, para tanto:

- I – Emitir ordens e instruções necessárias à execução do objeto;
- II – Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações;
- III – Determinar a correção de falhas ou irregularidades;
- IV – Atestar medições e autorizar pagamentos, conforme previsto nos instrumentos da contratação.
- V – Glosar valores relativos a serviços não executados ou executados em desconformidade com as especificações contratuais.

3.3.1. Os pagamentos estarão condicionados à aprovação das medições pela fiscalização, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela adequada execução do objeto;

3.4. A contratada deverá facilitar, a qualquer tempo, o acesso da fiscalização da Administração a todas as informações, documentos, locais e atividades relacionados à execução do objeto, prestando os esclarecimentos que forem solicitados.

3.5. A atuação da fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Será admitida subcontratação parcial, nos limites e condições estabelecidos no Termo de Referência.

4.2. Na hipótese de autorização de subcontratação parcial, o contratado permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, não havendo qualquer vínculo direto entre a Administração e a subcontratada.

4.3. A subcontratação, quando admitida, não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive quanto à qualidade técnica dos serviços, ao cumprimento dos prazos e às obrigações contratuais e legais.

4.4. O contratado deverá exigir de eventuais subcontratados o cumprimento integral das obrigações contratuais pertinentes, inclusive aquelas relativas à segurança do trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e às normas técnicas aplicáveis.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta apresentada pela CONTRATADA.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, custos com materiais, mão de obra, transporte, equipamentos, seguros, taxas, administração e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

5.3. Os pagamentos devidos à CONTRATADA estarão vinculados às medições dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização da Administração, observadas as condições estabelecidas no cronograma físico-financeiro e nos demais documentos da contratação.

5.4. Os preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA são fixos e vinculam a execução do objeto, constituindo a base para as medições e pagamentos, observadas as condições estabelecidas



neste contrato e em seus anexos.

5.5. Eventuais alterações contratuais que impliquem acréscimos ou supressões de quantitativos observarão os limites e condições previstos na legislação vigente.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA de forma parcelada, conforme medições dos serviços efetivamente executados, aprovados pela fiscalização e de acordo com o cronograma físico-financeiro.

6.2. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal ou fatura, acompanhada dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido na legislação vigente e neste contrato.

6.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da nota fiscal ou fatura pelo fiscal do contrato, desde que não haja pendências a serem regularizadas.

6.4. O ateste da execução dos serviços será realizado pela fiscalização da CONTRATANTE, mediante verificação da conformidade com as especificações contratuais, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato.

6.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo após a regularização.

6.6. O pagamento poderá ser condicionado à verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, ou outro índice que venha a substituí-lo, calculados desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados de forma proporcional aos dias de atraso.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação.

7.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo, observada a legislação vigente.

7.3. O reajuste será aplicado exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. O reajuste deverá ser formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

7.6. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, outro índice que venha a refletir a variação dos custos do setor



pertinente, mediante justificativa e formalização adequada.

7.7. O reajuste não exclui a possibilidade de concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação aplicável, quando comprovado o rompimento da equação econômico-financeira do contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos;

III – Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ela reparado ou corrigido;

IV – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de representantes especialmente designados;

V – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato;

VI – Aplicar ao contratado as sanções previstas na legislação e neste contrato;

VII – Emitir ordens de serviço e autorizações necessárias ao início e à continuidade da execução do objeto;

VIII – Fornecer à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto do contrato;

IX – Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de execução dos serviços, quando necessário;

X – Promover as condições necessárias para a adequada execução do objeto, inclusive quanto à disponibilização de áreas, quando for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto, observando as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

9.2. Executar o objeto conforme as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, com a adequada alocação de recursos humanos, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual.

9.3. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Administração qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade.

9.4. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução



do objeto, bem como por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida.

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato, no prazo fixado pela fiscalização.

9.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não transferindo à Administração qualquer ônus decorrente de eventual inadimplemento.

9.7. Manter preposto formalmente designado durante toda a execução contratual, com poderes para representá-la perante a Administração.

9.8. Atender prontamente às determinações da fiscalização, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as medidas corretivas exigidas.

9.9. Cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e legislação ambiental aplicável, responsabilizando-se por eventuais infrações.

9.10. Fornecer e utilizar materiais, equipamentos e serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo sua qualidade e desempenho.

9.11. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo transporte, armazenamento, mobilização, desmobilização, mão de obra, equipamentos e demais insumos.

9.12. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo quando expressamente autorizado pela Administração, nos termos deste instrumento.

9.13. Comunicar formalmente à Administração qualquer fato ou circunstância que possa interferir na execução do contrato.

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução do contrato, quando aplicável.

9.15. Cumprir as normas técnicas de engenharia, bem como as boas práticas do setor, garantindo a qualidade e a durabilidade dos serviços executados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Será exigida da CONTRATADA, como condição para a assinatura do contrato, a prestação de garantia de execução, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, e da regulamentação municipal vigente, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

10.2. A garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

10.3. Nos casos em que a proposta da CONTRATADA for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021, equivalente à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta apresentada, sem prejuízo da garantia prevista no item 10.2.

10.4. A garantia deverá ser apresentada no ato da assinatura do contrato, podendo ser prestada nas seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – Seguro-garantia;

III – Fiança bancária;





---

IV – Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.5. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, abrangendo eventuais prorrogações.

10.6. A garantia somente será liberada ou restituída após a emissão do termo de recebimento definitivo do objeto, desde que comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais e inexistam pendências de qualquer natureza.

10.7. Em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, a garantia poderá ser executada pela Administração, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

10.8. A garantia poderá ser utilizada para ressarcimento de prejuízos decorrentes da inexecução contratual, pagamento de multas, indenizações devidas à Administração e demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9. A garantia deverá ser complementada pela CONTRATADA sempre que houver alteração do valor contratual, no prazo estabelecido pela Administração.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 11.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

a) Moratória de 0,5% (meio) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato



por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme disposto no art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

- b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 11.1, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 11.1, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- d) Para a infração descrita na alínea “b” do item 11.1, multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- e) Para a infração descrita na alínea “d” do item 11.1, multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- f) Para a infração descrita na alínea “a” do item 11.1, multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, ressalvadas as hipóteses em que couber apenas advertência.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será assegurado ao interessado o direito de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. Na aplicação das sanções serão observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como considerados os critérios previstos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na legislação aplicável (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada





com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, observado, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às penalidades aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.10. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes deste ou de outros contratos administrativos.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE:

- I. Quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade;
- II. Quando entender, de forma motivada, que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção prevista neste item ocorrerá, preferencialmente, na próxima data de aniversário do contrato, desde que o CONTRATADO seja notificado com antecedência mínima de 2 (dois) meses.

12.2.2. Caso a notificação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses contados da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes ou por decisão judicial ou arbitral, nos termos da legislação aplicável.

12.4. Constituem motivos para extinção unilateral do contrato, dentre outros previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares da fiscalização;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de execução;
- IV. Decretação de falência, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. Razões de interesse público devidamente justificadas;
- VI. Atraso injustificado na execução;
- VII. Não cumprimento de obrigações legais relativas à inclusão de mão de obra.



12.4.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção quando não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2. Caso a operação implique mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do CONTRATANTE, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

- I. Devolução da garantia;
- II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção;
- III. pagamento dos custos de desmobilização, quando aplicável.

12.6. Quando a extinção ocorrer por culpa do CONTRATADO, este ficará sujeito às sanções previstas neste contrato, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Apuração de indenizações e eventuais multas.

12.8. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

12.9. A extinção do contrato não impede o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município no exercício, na (s) dotação (s) abaixo discriminada (s):

13.2. Para o exercício corrente, foi emitida a competente nota de empenho, que onerará a dotação orçamentária acima indicada.

13.3. Nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos, ficando o CONTRATANTE obrigado a proceder ao empenhamento das despesas correspondentes, observada a legislação vigente.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nas demais normas federais aplicáveis às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, nas disposições da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), bem como da Lei nº 8.078,



de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e nos princípios gerais dos contratos e do direito administrativo.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

15.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, da apresentação de proposta ou da execução do contrato administrativo, responsabilizando-se pelo tratamento adequado dessas informações.

15.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento, a divulgação ou a utilização dos dados pessoais para finalidades diversas daquelas previstas no contrato, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas em lei.

15.4. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, acerca de todos os contratos de suboperação, subcontratação ou instrumentos congêneres firmados ou que venham a ser celebrados e que tenham relação com o objeto desta contratação.

15.5. Encerrado o tratamento dos dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, observados os respectivos prazos prescricionais.

15.6. É dever da CONTRATADA orientar, treinar e capacitar seus empregados, colaboradores e prepostos acerca das obrigações, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, garantindo o adequado tratamento dos dados pessoais.

15.7. A CONTRATADA deverá exigir de eventuais suboperadores, subcontratados ou terceiros contratados o cumprimento integral das disposições desta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligências, auditorias ou solicitar documentos para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente aos pedidos formulados.

15.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive quanto à sua utilização, armazenamento, compartilhamento e eventual eliminação, para fins de verificação do cumprimento da LGPD.

15.10. O presente contrato poderá ser alterado para adequação aos procedimentos e normas relativas à proteção de dados pessoais, sempre que necessário, em especial em decorrência de orientações, recomendações ou determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

15.11. Os contratos e instrumentos congêneres que envolvam tratamento de dados pessoais poderão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando aplicável, nos termos da LGPD e da regulamentação vigente.

15.12. A CONTRATADA deverá manter atualizadas as informações referentes ao seu Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO), conforme art. 41 da LGPD, fornecendo, no mínimo, nome, e-mail e telefone para comunicação direta com a CONTRATANTE, a ANPD e os



titulares dos dados.

15.13. Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da ciência do incidente, fornecendo informações detalhadas necessárias ao cumprimento do art. 48 da LGPD e das normas expedidas pela ANPD.

15.14. Para os fins desta cláusula, as partes reconhecem que:

- a) a CONTRATANTE atuará, em regra, na qualidade de Controladora dos dados pessoais;
- b) a CONTRATADA atuará na qualidade de Operadora dos dados pessoais; e
- c) nas hipóteses de controladoria conjunta, as partes responderão solidariamente pelos danos causados, nos termos do art. 42 da LGPD.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

17.1. Critérios de Reajuste, Repactuação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro;

17.2. Os preços contratados poderão ser reajustados, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, ou outro que venha a substituí-lo, conforme definido no instrumento convocatório.

17.3. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração, nas hipóteses de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, nos termos da legislação vigente.

17.4. As solicitações de reajuste, repactuação ou reequilíbrio deverão ser formalmente instruídas pelo CONTRATADO, acompanhadas da devida comprovação analítica da variação de custos, ficando condicionadas à análise e aprovação do CONTRATANTE.

17.5. Designação da Gestão e Fiscalização Contratual

17.6. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas por servidores formalmente designados pelo CONTRATANTE, nos termos da PORTARIA Nº 16.159, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026, que dispõe sobre a designação de gestores e fiscais de contratos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e com o Decreto Municipal nº 2.621/2023.



17.7. Compete ao gestor do contrato coordenar a execução contratual, bem como ao fiscal acompanhar e verificar a conformidade dos serviços executados, cabendo-lhes adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento do ajuste.

17.8. A designação de que trata este item poderá ser alterada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante nova portaria ou ato administrativo equivalente.

17.9. Critérios de Medição e Aferição dos Serviços

17.10. A medição dos serviços executados será realizada de forma periódica, conforme cronograma físico-financeiro ou, na ausência deste, em intervalos compatíveis com a natureza do objeto, mediante verificação in loco pela fiscalização do contrato.

17.11. As medições deverão ser instruídas com documentos comprobatórios da execução dos serviços, tais como relatórios técnicos, registros fotográficos, diário de obra (quando aplicável) e planilhas de quantificação.

17.12. Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, em conformidade com as especificações contratuais.

17.13. A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, medições que não atendam às condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência, devendo a CONTRATADA proceder às devidas correções.

17.14. Ordem de Serviço e Início da Execução

17.15. A execução do objeto contratual terá início mediante emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente pelo CONTRATANTE, que estabelecerá o marco inicial para contagem dos prazos contratuais, quando não coincidente com a data de assinatura do contrato.

17.16. A CONTRATADA deverá iniciar a execução no prazo máximo estabelecido na ordem de serviço, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato.

17.17. A eventual recusa injustificada no recebimento da ordem de serviço ou o atraso no início da execução caracterizará descumprimento contratual.

17.18. A ordem de serviço poderá estabelecer diretrizes operacionais complementares, desde que não altere o objeto ou as condições essenciais do contrato.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Carmelo – MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Monte Carmelo, .....de .....de 2026



*Prefeitura Municipal de Monte Carmelo*

*Secretaria Municipal de Fazenda*

*Setor de Licitações*

---

CONTRATANTE

**MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG**

Ana Paula Pereira - Secretária Municipal de Fazenda

---

EMPRESA CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

*1- Nome Legível e Assinatura*

*2- Nome Legível e Assinatura*